



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**ATA**

**214ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL  
- CNPS -**

**Brasília, 26 de Março de 2015**

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS**

**ATA DA 214ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DATA:** 26 de Março de 2015

**LOCAL:** Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F, Sala 902

**PRESENÇAS**

**Representantes do Governo**

MPS - Benedito Adalberto Brunca

INSS - Elisete Berchiol da Silva Iwai

SPPC- Jaime Mariz de Faria Junior

MF – Caio Guimarães Figueiredo

MP - Amarildo Saldanha de Oliveira

IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano

**Representações dos Aposentados e Pensionistas**

COBAP – Luis Adalberto da Silva

SINDNAP – Andrea Angerami Correa da Silva Gato

**Representações dos trabalhadores em atividade**

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes

UGT – Miguel Salaberry Filho

CNPA – Daniel Alves Burle

**Representação dos empregadores**

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNM – Jamille Lavalle Carvalho de Moura

CNA – Vânia Gomes Ataídes da Silva

**Convidados**

Paulo Cesar Almeida - DPSSO/SPPS/MPS  
Ubiramar Mendonça – DATAPREV  
Marcelo Pires Mendonça – SG-PR  
Andrea Rufato – MPS  
Emanuel de Araujo Dantas - MPS  
Jose Geraldo Diniz – MPS  
Ana Maria Alves dos Santos – MPS  
Josefa Barros Ávila – MPS  
Aryna Rangel – CNM  
Albamaria Paulino de Campos Abigalil – MPS  
Talita Lorena - MPS  
Marco Antônio Gomes Pérez - MPS

**Ausências**

MPS – Carlos Eduardo Gabas  
MPS – Marcelo de Siqueira Freitas  
MPS – Rogério Nagamine Costanzi  
INSS – Sergio Antonio Martins Carneiro  
SRFB - Daniel Belmiro Fontes  
MF – Jefferson Luis Bittencourt  
SINTAPI/CUT - Mário Sérgio Rodrigues da Conceição  
SINDAP - Oswaldo Lourenço  
COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira  
COBAP - Silberto Raimundo da Silva  
CUT - Valeir Ertle  
CONTAG - Evandro José Morello  
CONTAG – Jose Wilson de Souza Gonçalves  
CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria  
CNC - Antônio Lisboa Cardoso  
CNT – Ednalva Américo Vieira

## **I – ABERTURA**

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Benedito Adalberto Brunca (MPS) abriu a 214ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

## **II – EXPEDIENTE**

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) saudou a todos e, em seguida, empossou a conselheira, representante do governo no Conselho Nacional de Previdência Social, a Sra. Elisete Berchiol, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a palavra, a nova integrante desse Conselho, a Sra. Elisete Berchiol (INSS) disse ser uma honra fazer parte do CNPS, embora já tenha participado de algumas reuniões, mas nunca como membro, contudo ela espera poder contribuir e participar das discussões promovidas por esse Conselho. A seguir, o Sr. Presidente colocou para aprovação a Ata da 213ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 26 de fevereiro de 2015. Sobre a Ata, o Sr. Presidente informou que ela recebeu ajustes na fala do conselheiro Jefferson Luis Bittencourt, representante do Ministério da Fazenda. Dispensada a sua leitura, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo a mesma aprovada. Na sequência, o Sr. Presidente socializou a pauta dos trabalhos da reunião, a qual foi aprovada por todos os presentes. Na continuidade, o Sr. Presidente passou a palavra a Sra. Andrea Rufato, gestora do Ministério da Previdência Social para que ela expusesse o primeiro item de pauta, logo, “Apresentação do Perfil de Participação da Mulher no Âmbito do RGPS”.

## **III – Ordem do Dia**

A Sra. Andrea Rufato (MPS) teve a palavra para sua exposição. Ela fez uma explanação pormenorizada da matéria. Destacou que o estudo em questão foi elaborado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, sobre a participação das mulheres na Previdência Social. Ela abordou sobre: A Mulher na População Brasileira; Feminização da Velhice, isto é, tendência de aumento da proporção de mulheres entre os idosos, hoje elas já são maioria. Em 2020, de cada 10 pessoas idosas, 6 serão mulheres e 4 serão homens. A expectativa de vida ao nascer das mulheres é superior à dos homens, embora haja estudos dizendo que a expectativa de vida saudável das mulheres é igual à dos homens, ou seja, elas vivem mais, porém com sua saúde comprometida. A consequência é que mais de ¼ das mulheres entre 60 e 69 anos são viúvas. A Mulher no Mercado de Trabalho; Evolução da Proteção Social; Cobertura Social no Mercado de Trabalho

segundo Gênero em 2013, Inclusive Área Rural da Região Norte; As Mulheres no RGPS Registros Administrativos: Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos por Sexo no período de 2000 a 2014 em milhares. Distribuição do Valor e da Quantidade dos Benefícios Emitidos por Sexo (%), posição em dezembro de 2014. Por fim, a relatora afirmou que os dados desse documento, a proteção entre as mulheres praticamente se igualou a dos homens. Concluída a apresentação, o Sr. Sr. Emanuel de Araujo Dantas (Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social) teceu considerações sobre o tema em questão e, afirmou ser necessário refletir o papel da mulher e na mudança da estrutura familiar e, ainda pensar como a Previdência vai tratar o papel da mulher no mercado de trabalho. A seguir, o Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical) manifestou a sua opinião acerca da matéria e externou a sua preocupação, dizendo que está preocupado com o futuro do trabalhador, não só do sexo feminino, mas também do masculino, assim sendo urge criar mecanismos da fusão do governo com a bancada dos trabalhadores, possibilitando aos trabalhadores, independente do sexo ter mais facilidade com essa política atual para entrar no mercado de trabalho. Manifestaram-se ainda: Vânia Gomes Ataídes da Silva (Confederação da Agricultura e Pecuária); Luiz Adalberto da Silva (COBAP), Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) e Rafael Ernesto Kieckbush (CNI), este teceu considerações acerca da matéria e deixou para reflexão: “Como serão recebidos os jovens no mercado de trabalho? É imprescindível pensar uma discussão a respeito desse questionamento. Em sua opinião, o CNPS deve pensar um debate de um tema específico, a respeito da sistemática de como olhar essa indagação em relação à sociedade e como deveria pensar daqui para frente. O Sr. Presidente disse estar registradas as contribuições dadas e, se comprometeu junto com a sua equipe a pensar formas de abordar essa temática e o perfil, ou seja, essa questão da igualdade de gênero. Na sequência, chamou o próximo item de pauta, logo, “Apresentação sobre estratégia de definição e implementação da participação social no processo de elaboração do PPA 2016/2019”. A matéria foi exposta pelo Sr. Marcelo Pires Mendonça (Coordenador-Geral de Mecanismos Formais de Participação da Secretaria-Geral da Presidência). Ele explicou em pormenores sobre a elaboração do Plano e afirmou que a ideia é ampliar os debates e a participação dos representantes dos vários segmentos da sociedade, uma vez que a Secretaria Geral da Presidência destaca que o PPA organiza e viabiliza o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar essas

metas, assim como também consiste num documento que declara as escolhas do governo e da sociedade, indica os meios para a implementação das políticas públicas e orienta a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Ele falou ainda sobre: O número de conselheiros de cada Conselho, ou seja, 8 conselheiros, garantindo a paridade de gênero, sendo 4 homens e 4 mulheres; As pessoas devem ser indicadas até o dia 31 de março/2015; A abertura do Fórum Interconselhos PPA está prevista para o dia 14 de abril de 2015 à noite, a abertura será política e deve contar com a presença da Presidenta Dilma, na oportunidade, ela vai lançar um conjunto de ações que se chama Participa Brasil, portanto o período desse fórum será nos dias 14, 15, 16 e 17 de abril de 2015. Ele também falou sobre o portal Participa Brasil PPA, Interconselhos e Participa Brasil Digital que são todas as ações do governo na área do controle social e tem três questões fundamentais, Participa Brasil Conferências Nacionais; Participa Brasil PPA, Interconselhos e Participa Brasil Digital. Apresentou o calendário da participação social no PPA 2016/2019; bem como as 10 conferências já convocadas. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente agradeceu ao relator pela exposição e, de imediato colocou ao Colegiado a necessidade de se fazer as indicações para a participação no Fórum de Interconselhos PPA, ele disse que atualmente existem três conselheiros indicados para essa participação, são eles: O conselheiro Evandro Morello, da CONTAG; a conselheira Andrea Angerami Gato, da SINDNAPI; o conselheiro Rafael Ernesto Kieckbusch, da CNI e o conselheiro Oswaldo Lourenço, do SINDAP, entretanto, o conselheiro Oswaldo Lourenço está com problemas de saúde, assim sendo, ele não poderá participar e nem o conselheiro Mario Sergio, do SINTAPI/CUT, feito esses esclarecimentos, ele consultou ao pleno quem se candidataria a essa representação. O Sr. Luiz Adalberto da Silva (COBAP) disse que não poderia participar por questão de saúde, mas veria a possibilidade de indicar o seu suplente; o conselheiro Antonio Cortez Moraes (Força Sindical) disse que não poderia participar, mas veria a probabilidade do seu suplente participar. Os oito representantes que irão participar das discussões da elaboração do Plano Plurianual PPP/ 2016 – 2019 no Fórum Interconselhos são: Conselheiro Miguel Salaberry Filho (UGT); conselheira Jamille Lavallo Carvalho de Moura (CNM); Andrea Angerami Gato (SINDNAPI); conselheira Vânia Gomes Ataidés da Silva (CNA); o conselheiro Daniel Burle (CNPA); conselheiro Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI). O Sr. Presidente disse que aguardava posição da COBAP ainda na data de hoje sobre a participação dessas entidades no citado Fórum. Informou ainda, que os custos para deslocamento para quem

é de fora será feito pela SG/PR. Disse ainda, a respeito do currículo simplificado e da obrigatoriedade de preenchimento no decorrer dessa reunião, objetivando remeter ao Fórum Interconselhos para os devidos encaminhamentos. Ainda sobre a matéria, o conselheiro Miguel Salaberry Filho (UGT) disse que analisando a propositura das Conferências, ele observou que a Conferência Nacional da Previdência Social não consta na programação e a realização dela já havia sido aprovada nesse Conselho. O Sr. Presidente fez o seguinte esclarecimento: *“No ano passado quando esse tema voltou a ser objeto de análise, nós partilhamos uma preocupação com os conselheiros a respeito da necessidade de garantir o funcionamento dos Conselhos de Previdência Social em âmbito local e estamos aguardando esta temática de maneira intensa, precisamos reativar os Conselhos regionais, as composições nas 140 gerências, porque esses Conselhos em âmbito regional são a base, para depois o Conselho Nacional organizar as etapas de discussão local e a etapa nacional, como nós estávamos diante dos dados aqui apresentados muito fragilizados nessa organização em âmbito local, ficou adiada a possibilidade dessa questão até pelo aspecto orçamentário e esse foi o debate que nós fizemos no ano passado. Esse ano é uma questão também que vai ter que ser ponderada, porque nós estamos trabalhando com 1/8 no orçamento no cenário atual, estamos tendo uma restrição orçamentária muito significativa para o desenvolvimento das atividades obrigatórias de funcionamento tanto do Ministério quanto do INSS, Dataprev e Previc que fazem parte do sistema, sobretudo do INSS que vem buscando manter o fornecimento dos serviços dentro dos limites desse desafio que significa manter, então eu provo aos conselheiros e um dos pontos que eu iria tratar nos informes e tanto repassar as informações sobre a situação dos Conselhos Regionais, porque senão, nós corremos o risco de fazer uma conferência em âmbito nacional que seja desprovida desse âmbito de uma participação mais efetiva, então esse tem sido um trabalho que a gente tem realizado com a Secretaria Executiva do CNPS e com o apoio do INSS, das superintendências do INSS em todo o país, então isso é um pouco da orientação que a gente tem nesse particular e aí vamos submeter o tema novamente ao debate e como disse o Secretário Executivo, se a lei orçamentária tiver uma confirmação que favoreça a viabilidade deste tema que a gente retome a pauta debatida no âmbito do CNPS”*. O Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) socializou a sua participação no Conselho Nacional de Saúde como representante do Ministério da Previdência Social e falou de todas as ações discutidas na esfera da Conferência Nacional da Saúde. *“É uma conferência que pretende*

*ter uma participação nas três etapas, municipal, estadual e federal pelo menos dois milhões de pessoas, então a participação do governo no âmbito do que está se discutindo lá não deve ser restrita ao Ministério da Saúde com as questões da assistência médica, questão de saneamento que impactam a saúde, questões previdenciárias; questões trabalhistas , então nós estamos lá tentando ver de que forma uma conferência que aborda um tema setorial, ela possa ter uma participação mais transversal do governo, os representantes do Governo naquele Conselho tem sido chamado. Nós realizamos em dezembro do ano passado a Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, o qual a Previdência Social teve um papel importante (intervenção fora do microfone), em todos os níveis, municipal, estadual e federal, foi um esforço muito grande nosso para poder acompanhar aquele processo, dada que as dinâmicas de saúde e Previdência são distintas nessa organização, mas conseguimos participar e a participação da Previdência foi um grande sucesso. Nós montamos um estande e colocamos peritos para discutir diretamente a questão da perícia médica e isso foi extremamente elogiada e pela primeira vez que eu vejo um perito aberto conversando, dialogando fora do espaço pericial, dialogando e discutindo a reabilitação profissional, enfim, os temas previdenciários que tem mais interface com a questão da saúde e isso foi um grande sucesso. Eu acho que seria muito importante naqueles temas que englobam seguridade social e aí tem o desenvolvimento social e a conferência nacional de saúde e antes de se pensar em uma Conferência de Seguridade Social, a gente participar das conferências de setores para entender o que tem de comum nas áreas e a representação da sociedade por meio das partes, participando de diversos Conselhos, pois a composição dos Conselhos são completamente distintas, aqui é quadripartite e na saúde é multipartite, pois tem um monte de representação, então essa experiência é importante, eu acho que seria interessante, quer dizer, nós do governo a gente já está tentando de alguma forma essa integração, mas o controle social e a representação das partes trabalhadores, empregadores e aposentados também entrassem em contato com o Conselho Nacional da Saúde e ver o que tem em comum, a Maria do Socorro, presidente do Conselho Nacional da Saúde, ela é da CONTAG e atualmente está na presidência do Conselho acho que ela vai estar aberta para ter esse diálogo. Da nossa parte de interesse de integração de governo é muito importante, a gente quer repetir o sucesso que nós tivemos na IV Conferência Nacional da saúde do trabalhador e trabalhadora, mas acho que o controle social deveria estar mais presente nessa integração e até a gente de talvez*



*pensar na conferência de seguridade social mais para frente, juntando (inaudível) porque está muito fragmentada, mas eu acho que o primeiro passo é ter uma integração naquilo que já está marcado, já está organizado, já está pactuado com a sociedade*". O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Marcos Perez (DPSSO/SPPS/MPS) ver a viabilidade de trazer relatos da Conferência Nacional da Saúde para socializar no CNPS. Dando continuidade, o Sr. Presidente anunciou o próximo item de pauta, logo, "Fator Previdenciário de Prevenção – FAP. O tema em destaque foi apresentado pelo Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) que fez uma retrospectiva de todo o processo de debate no segundo semestre de 2014. A seguir, ele leu o encaminhamento dado no 15/12/2014, especificamente na 212ª Reunião Ordinária do CNPS, pela ausência do consenso, decidiu-se pela não deliberação das propostas naquela oportunidade e o encaminhamento dado foi: Retomada da discussão do assunto em 2015, com definição de agenda de debates por parte das entidades representativas, de modo a submeter à votação as propostas de mudanças do FAP, até outubro de 2015, para efeitos no cálculo em 2016 e repercussão em 2017, dessa forma, a SPPS/MPS encontra-se à disposição para participar de debates sobre o assunto junto às entidades interessadas. Manifestou-se, o Sr. Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) e sugeriu trabalhar com outros itens que tenham a ver com a temática FAP, ou seja, não ficar presos aos 6 itens propostos pelo governo, mas a questão do enfileiramento. Sugeriu pautar o assunto no mês de setembro e aprovar na reunião do mês de outubro e, na oportunidade já ter em mãos a nova Minuta de Resolução. Um terceiro aspecto a observar é a retomada do GT FAP, a ideia não seria necessariamente retomar o GT na composição original, mas manter esse grupo de trabalho, mas não necessariamente com as mesmas características, mas com uma maior abrangência, ou seja, a bancada dos empregadores conversar com o governo, mas principalmente a bancada dos empregadores conversar com a bancada dos trabalhadores, pois tendo essa ação, ele acredita que haverá avanços nos itens a serem deliberados. O Sr. Antonio Cortez Moraes (Força Sindical) foi decisivo ao afirmar que é preciso ter um debate mais amplo e popularizar junto aos trabalhadores, pois muitos deles não sabem o que é FAP, portanto é necessário criar espaços de conversas sobre o assunto, principalmente com o pessoal que está na área mais rural e tem menos acesso a essas informações. Ele também falou da consulta feita por ele no âmbito da Força Sindical sobre a possibilidade de se criar um GT dentro da Força Sindical, chamar representação dos empregadores para o estabelecimento de diálogo com a bancada de

trabalhadores sobre as necessidades de cada uma das bancadas, porque em sua opinião, as propostas aqui apresentadas, elas tem uma visão de interesse direto dos empregadores. A respeito das colocações dos conselheiros, o Sr. Presidente registrou que a discussão do FAP, ela teve ciclo no âmbito do CNPS pela necessidade de deliberar ou não, por conta da questão da repercussão, dos prazos e dos trabalhos que daí decorrem, mas conforme o exposto, a agenda, ela não parou por conta da não aprovação no mês de dezembro/2014, pois houve continuidade do cálculo do FAP, as bancadas continuaram a agendar os debates e o Ministério da Previdência Social também está sendo convocado, convidados para debates com o pessoal do sistema financeiro. Disse que os encaminhamentos dados são adequados, contudo ele reforça o seguinte aspecto, no que se refere à lista dos 6 pontos estabelecidos para deliberação, eles devem ser debatidos e consensuados, mas nada impede que outros pontos sejam acrescentados, para tanto, é imprescindível reconstituir o grupo de trabalho, não para controlar o que vai ser debatido, mas para que tenha um ambiente e todo mundo saiba o está se debatendo. Em sua opinião, não adianta a bancada dos empregadores incluir mais dois ou três temas que queira debater e este debate não ser partilhado, isto é, não está intensificado com a bancada dos trabalhadores ou vice versa. Disse ser favorável a discussão do enfileiramento, esse tema tem que ser debatido pela representação dos trabalhadores também. Frisou ainda, que é preciso explorar todos os espaços, seja o fórum das centrais, sejam as convocações recebidas por parte dos empregadores, dos fóruns específicos que estão sendo abordados. Disse que o Departamento vai atualizar e refinar a questão da apresentação, sobretudo depois dessa reunião do GT, porque se tiver que acrescentar alguns outros temas, o Departamento produz o material, seja um material base para discussão de todos os fóruns, seja de trabalhadores ou de empregadores. A sua secretaria através do departamento tem condições de promover a consolidação das pautas, das listas temas e dos conteúdos e às vezes dos dados estatísticos que sustentam a discussão de cada um dos temas. Por fim, ele fez um indicativo de reunião do grupo de trabalho FAP que deverá ocorrer no mês de abril e sempre que se houver necessidade de o grupo se reunir, ele pode convocar a reunião.

#### **IV – Informes**

A seguir, o Sr. Presidente falou sobre a posição do funcionamento dos Conselhos e da reativação de alguns que ainda se encontram inativos. Ele mostrou os quadros com os

dados de cada Conselho e os números de reuniões realizadas por cada Conselho. Falou ainda sobre: A reativação do Conselho de Niterói/RJ; Do calendário de reuniões de cada Conselho, objetivando que se algum conselheiro estiver na cidade possa verificar se há reunião e, assim, poder participar, de modo a tirar a percepção dos integrantes do Conselho local que eles não estão isolados; Divulgação dos impactos e resultados de todas as reuniões do CNPS. Por fim, reforçou a questão da indicação de representantes para a composição dos Conselhos Locais. A seguir, o Sr. Presidente deu o informe sobre a Publicação da Portaria Ministro da Previdência Social de número 116, de 24 de março, dando conta do pagamento ao estado de calamidade pública no município de Boca do Acre do estado do Amazonas, assim como os municípios de Brasiléia, Rio Branco e o município Xapuri. Em seguida, ele falou sobre a sua participação na reunião do CNPD, relatou as discussões em questão de envelhecimento da população idosa. O Ministério da Previdência Social fará uma reunião do CNPD, abordando o tema acima citado e deve ocorrer ainda no primeiro semestre de 2015. Também falou a respeito da reunião extraordinária promovida pela CNPD para tratar das questões centrais sobre população e desenvolvimento que foram identificadas no processo de revisão global da implementação do Plano de Ação da Conferência Internacional de Cairo. Serão discutidas em Nova York, no dia 4 de abril, durante um encontro que reúne lideranças mundiais ligadas aos temas de população e desenvolvimento. O objetivo é garantir o desenvolvimento sustentável com a inclusão dos direitos humanos na agenda de desenvolvimento humano. Concluídos os informes do Sr. Presidente, ele passou a palavra ao conselheiro Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) e a conselheira Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) para que eles relatassem a respeito da reunião extraordinária do CNPD. Com a palavra, o Sr. Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) falou sobre o documento base que está sendo elaborado com contribuições de vários países, visto que, cada país tem forma diferente de atuar internamente. Também falou sobre os temas abordados, dentre eles destaca-se a questão da pessoa idosa, especificamente o envelhecimento da população, por esse motivo é preciso entender um pouco o processo e, assim, ter o real impacto do que se terá no futuro em relação ao envelhecimento. Ele também externou a sua preocupação em relação ao desenvolvimento sustentável e da comissão interministerial, contudo percebeu a ausência do Ministério da Previdência Social na citada comissão e, em sua visão, esse Ministério e o Conselho Nacional de Previdência Social devem integrar a essa comissão, pois ela aborda a questão da igualdade de pessoas com deficiências, do

envelhecimento, do adoecimento dos trabalhadores e esses temas não dizem respeito exclusivamente ao Ministério do Trabalho, portanto eles devem ser tratados também no âmbito deste Conselho e do Ministério da Previdência Social. Por fim, afirmou ser indispensável o CNPS receber mais elementos de todas essas discussões, porque com certeza, esse Colegiado pode participar, contribuir e, assim, o Ministério da Previdência Social deve avaliar a sua participação na comissão interministerial, isto é, dar e ter espaço em relação às temáticas abordadas na esfera da citada comissão, porque é um assunto que surgiu dentro dessa população em desenvolvimento e transcende a população em desenvolvimento, transcende o CNPS, mas faz parte da discussão como um todo. A seguir, foi à vez da Sra. Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) fazer o seu aparte, momento em que afirmou que os temas tratados na CNPD, designadamente a questão do envelhecimento e inserção da pessoa portadora de deficiência, são coisas temáticas que possuem políticas próprias no Ministério da Previdência Social, portanto devem ser debatidas no domínio desse Colegiado. Sobre os relatos postos pelos conselheiros, o Sr. Presidente disse que também questionou a não inclusão do Ministério da Previdência Social no GTI e a resposta obtida por ele foi que o IPEA vinha consolidando esses dados para a constituição do relatório, então eles acabaram relacionando alguns Ministérios em que o espectro de coleta de dados estava mais complexo e, portanto demandaria um trabalho mais específico. Solicitou a palavra, o Sr. Luiz Adalberto da Silva (COBAP) para informar que encaminhou a mesa diretora e aos conselheiros o ofício 021 elaborado pela COBAP que aborda a possibilidade de ter uma margem no cartão de mais 10%, em virtude dos aposentados alegarem que esse crédito some devido ao endividamento. Ele também relatou a questão de denúncia por parte da Federação de Aposentados do Estado de São Paulo que foi protocolado no Banco Central e, em sua opinião o assunto é pertinente ao Conselho. “Diz aqui a carta da federação: Venho denunciar à instituição bancária a prática criminosa dos bancos que não recebem boletos de aposentados, pensionistas e idosos. O correntista, beneficiário da Previdência Social recebe no banco, porém se a conta for igual a mil reais, isso deve ser efetuado na casa lotérica”. Lido isto, ele solicitou a esse Conselho adentrar a este assunto e procurar a veracidade dos fatos e, assim, a COBAP ter dados concretos para informar aos aposentados do assunto em questão. Disse ainda, que esse documento foi encaminhado ao Ministério de Previdência Social e a Presidência do INSS. A conselheira Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) comunicou a preocupação do Conselho de

São Paulo, no que diz respeito à abertura de novas agências do INSS e a ausência de funcionários para atender as demandas das novas agências, disse ser necessário a abertura de processo seletivo para preenchimento do quadro funcional. Disse também que está sendo providenciada a indicação de representação para o Conselho de Barbacena/MG. O Sr. Presidente disse que iria verificar a questão dos funcionários públicos para atender as demandas das novas agências e solicitou ao representante do Ministério do Planejamento, o Sr. Amarildo Saldanha de Oliveira que verificasse como anda a questão de contratação ou realização de concurso público para a área do INSS. O Sr. Miguel Salaberry Filho (UGT) deu o seguinte informe: *“A direção da UGT esteve reunida extraordinariamente e ficou decidido que todos os membros de todos os Conselhos que a UGT participa votaram em compor mesa que estava para ser votada agora nessa semana a política salarial do salário mínimo que beneficiaria os aposentados que ganham acima do salário mínimo e fomos pegos de surpresa com a medida provisória da Presidente da República, onde ela renova a política do salário mínimo até, a desvalorização do salário mínimo até 2019 e mais uma vez deixa de fora os aposentados que ganham acima do salário mínimo, claro que nós já estamos apresentando um apelo a essa medida provisória para que os aposentados que ganham acima do salário mínimo que contribuiu a vida inteira acima do salário mínimo e quando da aposentadoria que mais eles necessitam está cada vez mais achatando, então essa é a minha manifestação e deixar registrado aqui no Conselho como representante da UGT no sentido que mais uma vez os aposentados que ganham acima do salário mínimo estão sendo prejudicados. Eu deixo aqui registrado o compromisso nosso e nós da UGT vamos ao Congresso Nacional para que seja também atingidos os aposentados que ganham acima do salário mínimo (inaudível) a essa política do governo”*.

## **V – OUTROS ASSUNTOS**

O Sr. Presidente definiu com os conselheiros a pauta para a 215ª Reunião Ordinária do CNPS, ficando assim estabelecida: “Boletim de Análise de Gênero da Concessão de Benefícios de Incapacidade”. A data e o horário da 215ª Reunião Ordinária ficou assim definida: dia 23/04/2015; horário: 9h30min as 13h00.

## **V – ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 214ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Benedito Adalberto Brunca (MPS) lavrei a presente Ata.

Brasília, 26 de Março de 2015.